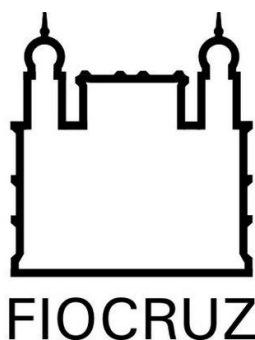


Diretrizes para as atividades de ensino de pós-graduação



Vice Presidência de Ensino e Informação e Comunicação-VPEIC

Versão Preliminar para Discussão na Câmara Técnica de Ensino

Julho/2014

Apresentação

A Fiocruz é a principal instituição não universitária de formação de recursos humanos na área de saúde, no país, e exerce o duplo papel de formar quadros altamente especializados para o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e contribuir para o atendimento às necessidades do Sistema Único de Saúde nas áreas de atenção, gestão e vigilância em saúde. Suas unidades técnico-científicas são responsáveis por cursos de doutorado, mestrados acadêmicos e profissionais inscritos em dez áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Além dos cursos *stricto sensu*, diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização, aperfeiçoamento, atualização e residência) são ofertados na modalidade presencial e à distância. Por intermédio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), a instituição desempenha papel importante no Ensino Médio, tanto na oferta educacional direta como na contribuição para as políticas públicas no campo da *Educação, Trabalho e Saúde*.

Em todas as instâncias institucionais as ações de ensino, e a educação em uma perspectiva mais ampla, vêm sendo discutidas e aprimoradas, com importante contribuição da Câmara Técnica de Ensino. Entre as definições mais recentes, o documento do VI Congresso Interno da Fiocruz, aprovou em 2010 o macroprojeto Pós Graduação, Conhecimento e Inovação, ressaltando o lugar institucional no sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde e apontando importantes desafios referidos à consolidação dos grupos de pesquisa, aos novos cenários sociais, demográficos e epidemiológicos, aos desequilíbrios regionais e à cadeia de inovação na Fiocruz.

No mesmo documento estabeleceu-se que “as estratégias de formação por meio de redes colaborativas são parte da necessária qualificação continuada, seja no nível profissional técnico, no nível superior ou na pós-graduação lato e stricto sensu”. Reconhecem-se os avanços desde então alcançados pela instituição, porém se identifica a necessidade de promover maior integração das ações educacionais realizadas pelas diferentes unidades da Fiocruz. Há também muito que avançar no desenvolvimento de abordagens educacionais orientadas por metodologias ativas de aprendizagem e pelo uso criativo de novas tecnologias educacionais que dêem conta do desafio de atender à escala necessária a um país caracterizado por expressivas desigualdades, entre elas as que se referem à concentração de profissionais de saúde na região Sudeste e nos municípios de

maior renda e desenvolvimento econômico. (Conhecimento e Inovação para a Saúde, Desenvolvimento e Cidadania. Documento do VII Congresso Interno da Fiocruz, 2014).

Não obstante a importância do papel da Fiocruz em todos os níveis de ensino, a exemplo de sua contribuição para a graduação através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e a importância do Ensino Médio, neste documento aborda-se a formação de pós-graduação oferecida pela Fiocruz, algo que já traz grande diversidade e complexidade. Trata-se de uma versão preliminar a ser debatida na Câmara Técnica de Ensino e posteriormente apresentada ao Cd-Fiocruz, na reunião regular de setembro de 2014. Seus marcos de natureza mais geral serão apreciados pelo *VII Congresso Interno – Conhecimento e Inovação para a Saúde, o Desenvolvimento e a Cidadania* e constam do documento em discussão por nossa comunidade.

Esboço preliminar de necessária sistematização e análise, seu propósito neste momento é orientar um processo de discussões que possa mobilizar toda a instituição. Para tanto, conta-se com um rico acervo de experiências e um ambiente no qual crítica, diálogo e construção coletiva constituem elementos fundamentais da definição de caminhos para a Fiocruz, a educação e a saúde do futuro.

1. Antecedentes e marcos estruturantes do ensino na FIOCRUZ

As atividades de ensino na Fiocruz têm como marco de origem os primeiros cursos oferecidos pelo IOC a partir de 1907, destinados a médicos e veterinários e posteriormente estendidos a outros profissionais, tendo como pilar a integração de ensino e pesquisa. Com eles inaugurava-se um padrão para a formação de pesquisadores e especialistas em saúde pública, aliando formação teórica e treinamento prático com base em um “experimento institucional inovador” (Azevedo e Ferreira, 2012, p.582). Manguinhos com as possibilidades que oferecia de estágios nos laboratórios e os cursos de aplicação, era passagem obrigatória para todos os que se lançavam à pesquisa no campo biomédico, ainda que fizessem sua formação inicial nas faculdades de medicina (Schwartzman, 2001, p.217; Azevedo e Ferreira, 2012, 584). Conforme observam Azevedo e Ferreira, “essa experiência pedagógica singular adquiriu o status de instituição de ensino superior, reconhecido pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, promulgado em 1931, junto com a Reforma Francisco Campos (...)” (Azevedo e Ferreira, 2012, 584).

Nos anos que se seguiram, fortaleceram-se também no âmbito do IOC cursos de aperfeiçoamento e especialização oferecidos para enfermeiros, visitadoras sanitárias, engenheiros e guardas sanitários. Entre 1942 e 1951, 226 médicos sanitaristas foram diplomados pelo curso de saúde pública do IOC. (Azevedo e Ferreira, 2012, p.596). Dessa forma, a convivência de ações voltadas para a formação de pesquisadores e

profissionais de saúde pública marca, desde então, a história das ações de ensino na Fiocruz, envolvendo parcerias diversas com agências estatais e instituições universitárias.

Logo após a criação do Ministério da Saúde, a mobilização dos sanitaristas brasileiros em prol da institucionalização da especialização em saúde pública culminou com a criação da Escola Nacional de Saúde Pública em 1954. (Azevedo e Fonseca, 2012). O projeto de constituição da ENSP teve a contribuição de quadros pertencentes ao Departamento Nacional de Saúde (DNS) e do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), órgãos que integravam o Ministério da Saúde- que, inicialmente, constituíram parte da equipe de professores da Escola, trazendo subsídios e contribuindo na definição das atividades necessárias à formação e especialização na área de Saúde Pública. A eles se juntaram especialistas de outros órgãos como Laboratório de Águas do Estado da Guanabara, Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN), as Faculdades de Medicina e Farmácia tanto do Rio de Janeiro como da Universidade Federal Fluminense e professores da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), entre outros. (Fonseca, 2004, pag. 41). Como observa Fonseca:

“A ENSP nasceu, portanto, como um espaço de agregação, de interrelação entre profissionais de diversas instituições em torno de um objetivo comum- consolidar o processo de ensino e especialização em Saúde Pública. Esta marca de seu momento fundador, ou seja, uma escola aberta às mais diversas experiências e concepções, permaneceria como uma de suas mais importantes características ao longo das décadas seguintes.” (Fonseca, 2004, pag. 41).

Em 1970, com o estabelecimento da Fundação Oswaldo Cruz passou a integrar a mesma instituição a ENSP, o Instituto Fernandes Figueiras e os centros de pesquisa René Rachou, de Minas Gerais, Gonçalo Muniz, da Bahia, e Aggeu Magalhães, de Pernambuco. Neste processo as experiências de formação enriqueceram-se com novas tradições de pesquisa e ensino e a ampliação da presença nacional da Fiocruz.

Em 1975 foi criado o Programa Nacional de Cursos Descentralizados na ENSP, através de parcerias com Universidades e Secretarias de Saúde dos Estados, permitindo a formação de sanitaristas em todo o território nacional e consolidando vínculos com inúmeras instituições que passaram a se constituir na base da estruturação de outros grandes projetos empreendidos pela Fundação Oswaldo Cruz em todo o território nacional nos anos subsequentes, tanto no lato como no stricto sensu.

A década de 1980 foi rica de iniciativas, com a gestão de Sérgio Arouca na Presidência, a realização da 8ª Conferência e 1ª Conferência de Recursos Humanos em Saúde, em um contexto de emergência da Reforma Sanitária brasileira e de surgimento da Nova República. Na Fiocruz surgiram novas unidades técnico-científicas, entre elas a Casa de Oswaldo Cruz (COC), a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), o Instituto de Comunicação e Informação Científica em Saúde (ICICT), abrindo novas possibilidades de expressão e organização do ensino, da pesquisa e da informação e comunicação em saúde na FIOCRUZ. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) destaca-se na formação de recursos humanos para o SUS, com foco na formação dos trabalhadores técnicos de nível médio. Na história do campo da *Educação, Trabalho e Saúde* as questões relacionadas à formação técnica de nível médio representam um desafio permanente e importantes iniciativas contaram com o protagonismo da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, entre elas, o Programa de Formação de Agentes Locais de Vigilância em Saúde (PROFORMAR) e o Programa de Profissionalização dos trabalhadores da área de Enfermagem (PROFAE), ambos em parceria com o Ministério da Saúde. Vale destacar também as iniciativas de formação dos Agentes Comunitários de Saúde, em parceria com o MS e mais recentemente a criação do Mestrado Profissional da RET-SUS para a região Nordeste, em parceria com a SGTES/MS e as escolas técnicas que integram a rede. Além disso, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio foi reconhecida como Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a educação de técnicos em saúde, em 2004, abrindo uma grande perspectiva de cooperação internacional nesse campo.

No plano das políticas educacionais, foi também uma década de importantes reorientações para o ensino de pós-graduação. A pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ganhou estrutura formal e muitas de suas características atuais no final dos anos 70 do século passado. Na Fiocruz o papel pioneiro coube ao IOC, à ENSP e ao CPqGM (em colaboração com a UFBA), mas foi especialmente a partir da década de 1990 que este processo progressivamente se ampliou até alcançar a marca atual de 22 programas acadêmicos e 10 profissionais e mais 5 programas em ampla associação. A tradição colaborativa da FIOCRUZ favoreceu o envolvimento de suas Unidades Técnico Científicas em associação com Universidades em outros pontos do país, com uma oferta de mestrados acadêmicos e doutorados, para formar docentes em regiões com pequeno número desses profissionais.

A criação do Programa de Educação a Distância, em 1997, e da Escola de Governo na ENSP em 2001 são referências importantes na ampliação de possibilidades de ofertas em parceria com outras instituições e de apoio à governança do Sistema Único de Saúde. Ambas as iniciativas favoreceram a ampliação da oferta de cursos dessa Unidade e

abriram espaço para uma nova forma de relação da FIOCRUZ e seu conjunto de Unidades Técnico Científicas, com os parceiros de um Sistema Nacional de Formação em Saúde Coletiva em construção.

O desenvolvimento dos mestrados profissionais pode ser considerado um marco que se estabeleceu, com vigor, a partir dos anos de 2000, envolvendo um conjunto de Unidades da nossa instituição e permitindo a diversificação da oferta educativa, juntando-se aos mestrados acadêmicos e doutorados em um apoio à formação de quadros avançados vinculados ao Sistema Nacional de Saúde e à Ciência e Tecnologia em Saúde (Hortale, 2006. p. 65-100; Leal e Freitas, 2006).

Merece destaque a criação em 2008 da Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS. Com sua Secretaria Executiva sob responsabilidade da Fiocruz, ela está presente em todas as regiões do país e atingiu em 2014 a marca de 100 mil matrículas de profissionais de saúde de todo o Brasil. A adoção desse modelo demandou uma importante incorporação tecnológica e uma concepção que permite a oferta de cursos em grande escala e incentiva as parcerias com diferentes instituições formadoras em todas as regiões do país.

Em 2011, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou a criação da Escola de Governo em Saúde (EGS) na capital federal, entendendo que ela representa a extensão desse conceito para o conjunto da instituição, com estímulo à oferta de cursos pelas diferentes unidades da Fiocruz. A EGS tem atuado no sentido de cumprir o papel essencial de qualificar profissionais para o desenvolvimento de ações voltadas para as políticas públicas, de modo a reconhecer os novos paradigmas de gestão e reforçar o compromisso ético e a importância da formação política do cidadão e do servidor público.

No campo da atenção à saúde, a qualificação do Instituto Fernandes Figueira como Instituto Nacional da Criança, da Mulher e do Adolescente, e do Instituto de Pesquisas Clínicas Evandro Chagas (IPEC) como Instituto Nacional de Infectologia traz grandes desafios, ao mesmo tempo em que fortalece seu papel na formação de quadros para o SUS, tanto na pós-graduação *stricto sensu* como nos programas de *lato sensu*, cursos livres e treinamento, além das Residências Médicas e Multiprofissionais. Destaca-se também o papel da telessaúde e da Telemedicina na conformação dos institutos nacionais. Em 2012, foi criado o Laboratório de Telessaúde do IFF – Labtel,. O LABTEL pretende programar telessaúde em ambiente hospitalar para o cuidado materno-infantil; estruturar ambiente de inovação de para alta complexidade; apoiar ações de telessaúde na atenção básica e média complexidade e a regulação das redes de atenção do SUS;

potencializar ações de pesquisa, ensino, assistência, desenvolvimento e avaliação de tecnologias, bem como cooperação técnica em nível nacional e internacional para a saúde da mulher, da criança e do adolescente.

Em 2013, uma atividade institucional de grande impacto no campo da pesquisa em atenção à saúde trará certamente ensinamentos relevantes para a estruturação das ações de ensino. A Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Escola Nacional de Saúde Pública, coordenou a execução da Fase 3 do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (Pmaq AB) em nove estados brasileiros. A terceira fase do Pmaq AB consistiu na avaliação externa, momento em que as instituições de ensino superior promoveram um conjunto de ações para averiguar as condições de acesso e de qualidade da totalidade de municípios e equipes da Atenção Básica participantes do Programa. Sua realização foi possível mediante a articulação da ENSP com o Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane (Fiocruz Amazônia), o Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (Fiocruz Pernambuco) e treze instituições de ensino superior (IES).

No campo da Vigilância em Saúde, o Ministério da Saúde por intermédio da (SVS/MS) vem investindo na formação de recursos humanos em uma série de ações junto a FIOCRUZ. Internamente, a organização dos Laboratórios de Referência (LR) e de seus pesquisadores em cada unidade técnico-científica com a participação das coordenações ou Vice-direções de ensino e o auxílio das secretarias acadêmicas articulam-se em cursos de modalidade *lato sensu* majoritariamente em formato de aperfeiçoamento ou especialização voltado à capacitação de profissionais atuando em vigilância em secretarias estaduais e municipais de saúde e LACENs. Neste contexto, são oferecidos ainda cursos de especialização em Controle da Qualidade de Produtos, Ambientes e Serviços Vinculados à Vigilância Sanitária, com protagonismo do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS).

No processo de orientação da Fiocruz como instituição estratégica de Estado, na última década ganhou relevo a proposta da *Fiocruz Nacional* e as ações de ensino cumprem importante papel para o alcance deste objetivo. Os desequilíbrios sociais entre as diversas regiões do Brasil traduzem-se em múltiplos aspectos, inclusive na produção de conhecimento, em atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação. Neste contexto, o Plano Quadrienal da Fiocruz (2011-2014) propõe a criação e consolidação de estratégias de formação continuada por meio de redes colaborativas, seja no nível profissional técnico, superior ou na pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Na área da cooperação internacional, a FIOCRUZ nos últimos anos vem construindo sua relação com outros países orientada por um conceito de diplomacia da saúde, uma

cooperação de caráter solidário e ético em prol de uma saúde global melhor e mais equitativa. No desenvolvimento dos seus projetos tem priorizado o fortalecimento das instituições estruturantes dos sistemas de saúde dos países, como: Ministérios da Saúde, Institutos Nacionais de Saúde, Escolas de Saúde Pública e de Técnicos em Saúde, complexos de produção em saúde, hospitais especializados e os centros de atenção primária. Essa abordagem favorece uma atuação em parceria com os países, e a estruturação de capacitações avançadas de quadros estratégicos ligados às instituições estruturantes (Documento de Referência - Congresso Interno- 2014).

Os marcos apresentados apenas esboçaram elementos para que se recupere a rica trajetória do ensino na FIOCRUZ, algo que vem sendo objeto de análises institucionais e trabalhos acadêmicos, mas que requer um tratamento mais sistemático e aprofundado. De todo modo, buscou-se indicar alguns caminhos que foram trilhados na constituição de uma instituição nacional de grande compromisso com as políticas públicas de saúde do país com a marca do trabalho parceiro desde as suas origens, tendo adotado essa diretriz como fundamental para escrever sua história e organizar seus programas e atividades. Uma instituição que reúne excelência com compromisso social, história e modernidade, ensino e pesquisa, com uma grande capacidade de renovação e de cooperação em todas as regiões do país e com outros países.

2. Contribuições do ensino da FIOCRUZ às políticas de saúde e educação: desafios, avanços e sinergias

2.1. O Ensino da pós-graduação na FIOCRUZ.

O ensino de pós-graduação *Stricto sensu* na Fiocruz é oferecido através de 32 programas reconhecidos pela CAPES, nas modalidades acadêmica (22) e profissional (10). Além destes cursos, a Fiocruz associa-se a outras instituições para a oferta de cinco programas de pós-graduação.

Inseridos em 10 áreas de avaliação, os programas apresentaram importantes resultados na avaliação da Capes para o triênio 2010-2012, divulgada em dezembro de 2013. Os programas de Biologia Celular e Molecular e de Biologia Parasitária, ambos do Instituto Oswaldo Cruz, receberam nota sete. Outros cinco programas ficaram com nota 6: Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas, do Instituto Nacional de Infectologia; Ciências da Saúde, da Fiocruz Minas; Saúde Pública, Epidemiologia em Saúde Pública e Saúde Pública e Meio Ambiente, todos da Escola Nacional de Saúde Pública.

Significativo também foi o processo de mudanças de conceito de 4 para 5, abrangendo os seguintes cursos: Saúde da Mulher e da Criança, IFF; História das Ciências e da Saúde (COC); Ensino de Biociências e Saúde, IOC; Saúde da Criança e da Mulher; Informação e Comunicação em Saúde, ICICT; Epidemiologia em saúde Pública (Mestrado Profissional), ENSP.

Metade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da instituição subiu de conceito e pode-se dizer, a partir desta avaliação, que um terço dos programas *stricto sensu* da Fiocruz apresentam desempenho equivalente ao alto padrão internacional.

Em associação com outras instituições ou isoladamente, a Fiocruz oferece, hoje, formação para mestres e doutores em 17 unidades da federação. Considerando-se sua presença nacional e sua estratégia de estabelecer parcerias com instituições locais e regionais, a Fiocruz desempenha um papel fundamental na redução das assimetrias regionais que hoje se refletem na distribuição desigual de pesquisadores de profissionais de saúde.

A instituição vem contribuindo para reduzir as desigualdades na formação de mestres e doutores, através de iniciativas como: Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (Minter e Dinter); consórcios de programas já consolidados para oferta de cursos em regiões com menor densidade de instituições de ensino e mestrados profissionais.

Além da oferta de cursos nas unidades regionais, a presença nacional da Fiocruz também é visível nos escritórios de Rondônia, Mato Grosso do Sul, Ceará e Piauí, onde as ações de ensino contribuem fortemente para a constituição e fortalecimento dos quadros locais, através de parcerias com instituições de ensino e secretarias estaduais e municipais.

Há uma grande diversidade de cursos, desde aqueles mais antigos e consolidados, até cursos recém-criados, particularmente mestrados profissionais, modalidade bastante incentivada pela Capes nos últimos anos. A formação concentra-se em saúde pública, ciências biológicas e medicina, mas há cursos de história, informação comunicação, vigilância sanitária, educação e em ampla associação com universidades de ética e de políticas públicas.

No sentido de apoiar os programas no desenvolvimento pleno de suas potencialidades, a Vice Presidência de Ensino, Informação e Comunicação criou em 2011, o Programa de Excelência para a Pós Graduação. Através da análise de cada programa, busca-se identificar pontos fracos e definir estratégias para superá-los. As experiências exitosas também serão examinadas, no sentido de compartilhá-las com os outros programas.

O programa de excelência tem como diretrizes:

1. **A discussão permanente sobre os critérios de avaliação.** Trata-se de contribuir para o debate em âmbito nacional e internacional a respeito de indicadores de avaliação científica. Destaca-se aqui a interlocução com a CAPES na perspectiva do aperfeiçoamento da avaliação dos programas de pós-graduação.
2. **O reconhecimento do perfil e missão de cada programa.** Embora reconheçamos o papel fundamental que a avaliação da CAPES desempenha no desenvolvimento da pós-graduação do país, sabemos que nem todos os programas têm por horizonte chegar à nota máxima. O apoio da CGPG aos programas deve ter, por objetivo central, a formulação de estratégias específicas para que cada programa desenvolva sua plena potencialidade.
3. **A integração entre programas.** A partir de parcerias ou rede colaborativas, os programas da instituição podem apoiar-se mutuamente e responder, de forma sinérgica, às necessidades de formação do SUS e de países da AL e PALOPs. São exemplos de integração entre os programas o Mestrado em Ciências da Saúde, oferecido por três programas do IOC para o INS de Moçambique; o Doutorado em Saúde Pública, oferecido por cinco programas à Fiocruz – Amazonas.

Neste contexto, o fórum de unidades regionais elaborou o documento *Proposta do Fórum das Unidades Regionais da FIOCRUZ para discussão com a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação*, em maio de 2014, no qual são propostas ações convergentes ao programa de excelência, tais como: indução de estratégias para maior mobilidade de alunos e docentes; compartilhamento de disciplinas e incremento da cooperação interna com orientações e co-orientações inter-unidades.

4. **a contribuição para a diminuição das desigualdades regionais, em relação à formação de doutores.** A estratégia de oferta de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais tem sido apoiada pela VPEIC no sentido de levar o ensino de pós-graduação *stricto sensu* a regiões com menor densidade de doutores e contribuir para sua autonomia. Os programas de Saúde Pública da ENSP e do CPqAM, o programa de Medicina Tropical do IOC e o programa de Vigilância Sanitária do INCQS estão envolvidos em iniciativas voltadas para formação de doutores em instituições de ensino das regiões Norte e Nordeste.
5. **a oferta de ações estruturantes para países da América Latina e Países Africanos de língua Portuguesa.** Do ponto de vista do ensino internacional, as ações de ensino devem privilegiar instituições federais com o objetivo de fomentar

a sustentabilidade e autonomia. São exemplos de ações de ensino estruturantes o apoio à ANLIS, na Argentina, através dos programas de Epidemiologia e Saúde Pública (ENSP) e do programa de Biologia Celular e Molecular (IOC); o apoio à criação da Escola de Saúde Pública de Angola, através do programa de Saúde Pública (ENSP); o apoio ao Instituto Nacional de Saúde de Moçambique, através dos programas de Medicina Tropical, Biologia Parasitária e Biologia Celular e Molecular (IOC). O mestrado em Saúde Pública da ENSP/Fiocruz no Peru, fruto de uma cooperação entre a Fundação Oswaldo Cruz e o Instituto Nacional de Salud del Perú (INS), já colhe seus primeiros frutos, no início de abril de 2014, os 25 alunos iniciaram as defesas das dissertações.

6. **o estímulo à internacionalização do ensino de pós-graduação.** Embora a interlocução com instituições internacionais já seja praticada por diversos pesquisadores, o programa de excelência busca levar tal prática aos programas de pós-graduação, utilizando uma estratégia de integração entre programas. Destacamos, como exemplo, o Doutorado Internacional em Direitos Humanos, Saúde Global e Políticas da Vida, iniciativa que envolve seis programas da Fiocruz e dois programas da Universidade de Coimbra, em andamento desde julho de 2013.

Em fase de organização destaca-se a proposta de Programa de Doutorado em Saúde Global com o Instituto de Medicina e Higiene Tropical da Universidade Nova de Lisboa. Novos acordos de cooperação estimulados pelas políticas de internacionalização do MCT, como o "Ciências sem fronteiras" induziram a vinda de delegações parceiras, como, por exemplo, as Universidades de Drexel, Exeter, Michigan, York e Yale. É importante destacar a contribuição do CRIS na articulação das ações internacionais, tanto do ponto de vista da cooperação norte-sul como na cooperação com instituições da América Latina e Países Africanos de Língua Portuguesa.

Entendendo o papel da Fiocruz de instituição estratégica de saúde para o Estado, o ensino de pós-graduação busca a excelência e mantém um compromisso com o atendimento às necessidades da sociedade brasileira. Neste sentido, destacamos duas iniciativas: a Fiocruz e o Brasil Sem Miséria e o Mestrado Profissional em Saúde da Família - Profsaúde.

Ainda, através de acordo de cooperação com a CAPES, a Fiocruz recebeu 100 bolsas de doutorado e 25 de pós-doutorado para a indução de projetos de pesquisas associados ao Plano Brasil Sem Miséria, para a erradicação da miséria extrema no país. A comunidade da FIOCRUZ, através dos programas de pós-graduação e de grupos de pesquisa respondeu de forma importante e hoje temos 79 doutorandos e 24 pesquisadores em pós doutorado, dedicados a projetos atrelados aos eixos temáticos do plano BSM - acesso aos

serviços públicos; transferência de renda e inclusão produtiva, que se desdobram especificamente nas áreas principais de educação, cultura e pobreza; território, doença e saúde; mitigação de doenças negligenciadas; saúde indígena e de populações tradicionais.

Coerente com o processo de reorientação do modelo de atenção à saúde baseado na atenção básica e na estratégia de Saúde da Família a FIOCRUZ vem desenvolvendo Programas de Mestrado Profissional em diferentes estados do Brasil, com destaque para o Mestrado Profissional da Rede Nordeste de Saúde da Família (RENASF) sob a coordenação da Fiocruz Ceará.

A mais recente iniciativa da Fiocruz é o Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROFSAUDE), uma proposta de curso em rede nacional, apresentado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e instituições de ensino e pesquisa que atuam no país. Este curso tem a finalidade de formar profissionais de saúde que atuam nos Programas Saúde da Família/Atenção Básica nos diversos municípios brasileiros. Pretende ainda fomentar a produção de novos conhecimentos e inovações na atenção básica no país, considerando as diversidades regionais e locais, integrando parcerias entre instituições acadêmicas e gestores da saúde pública. A proposta do curso está em sintonia com os objetivos do Programa Mais Médicos, lançado pelo Governo Federal como parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), e que prevê, entre outros, aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS.

Inicialmente o PROFSAÚDE será destinado a formação de profissionais médicos, com a incorporação futura de outras categorias profissionais. Esse destaque deve-se a necessidade de formação em grande escala médicos aptos a atuar como preceptores na Residência Médica em Saúde da Família, como futuros docentes para graduação em medicina, bem como supervisores e tutores em Saúde da Família.

No que se refere ao ensino lato sensu, presente na grande maioria de unidades da Fiocruz, a pós-graduação lato sensu desenvolve-se sob a perspectiva de educação continuada e tem por objetivo aprofundar conhecimentos e habilidades em um setor definido para o exercício de profissionais inseridos ou não no mercado de trabalho.

A pós-graduação lato sensu da Fiocruz desempenha papel fundamental na formação de quadros de dirigentes dos SUS nos estados e municípios, oferecendo cursos diversos em resposta à crescente demanda por novos conhecimentos e tecnologias exigidos pelo SUS. Atualmente, a FIOCRUZ apresenta cursos lato sensu nas modalidades de atualização, aperfeiçoamento, especialização, capacitação e residência. Por ano são oferecidos em

média 50 cursos diferentes de especialização, 35 cursos de capacitação e 20 de residência. Todos os cursos com ênfase na grande área de Saúde, onde se destacam cursos nos campos de saúde pública; biomédicas; vigilância em saúde; pesquisa clínica; educação; computação científica; políticas públicas e planejamento; história, sociologia e antropologia; informação e comunicação; desenvolvimento de fármacos e vacinas; dentre outras.

2.2. Educação, Trabalho e Saúde

O Sistema Único de Saúde (SUS) ao longo dos últimos anos vem reorientando o modelo de atenção e gestão em saúde, com ênfase nas de redes de atenção, requerendo esforços na promoção de novas capacidades e tecnologias no campo da educação.

No que se refere ao campo da educação, em que pesem os avanços obtidos pelo processo de implantação do SUS, persistem questões a serem superadas, tais como a fragmentação das práticas de saúde, o permanente acompanhamento das diversas necessidades de base territorial, a demanda de formação de gestores e demais trabalhadores de saúde. Refletir e propor políticas para seu enfrentamento requer a compreensão da indissociabilidade entre o modelo de atenção e gestão e os processos formativos do trabalho em saúde.

A importância da formação de trabalhadores para o Sistema de Saúde brasileiro foi precocemente identificada, na IV Conferência Nacional de Saúde realizada no Rio de Janeiro nas dependências da FIOCRUZ, no período de 30.08 a 04.09.1967 tendo como tema central recursos humanos para as atividades em saúde. O relator geral Professor Manoel Ferreira já reconhecia à época, que a formação profissional não estava orientada para a solução dos problemas de saúde do país, creditando esse problema a "estrutura curricular pouco flexível e não ajustada à demanda quantitativa de recursos humanos" (MS, 1980).

A realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde seguida da 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos para Saúde em 1986 começa a esboçar uma pauta mais dirigida à construção de um Sistema Único de Saúde, abrindo espaços para a organização da área de recursos humanos, posteriormente denominada de Trabalho e Educação na Saúde.

A 1ª Conferência de RH teve como tema central a "*Política de Recursos Humanos rumo a Reforma Sanitária*", tendo a articulação entre o setor educacional e as instituições prestadoras de serviços como ponto principal de discussão no que se refere à preparação de recursos humanos. Esta conferência também definiu a educação continuada como um processo organizado permanente, sistemático, direcionado a clientes institucionais, com uma política de saúde definida tendo em vista a real necessidade dos usuários e teve

como debates principais a inadequação curricular à realidade dos serviços e as distorções entre o perfil dos profissionais formados e as necessidades dos serviços.

Outro marco importante foi a 11ª Conferência Nacional de Saúde (1996), que junto com a Comissão Intersectorial de Recursos Humanos (CIRH), iniciou a discussão para elaboração dos *Princípios e Diretrizes para Gestão do Trabalho no SUS e aprovou a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos para o SUS*. A partir de então, a valorização para o trabalho no SUS e a ressignificação das práticas nos serviços de saúde foram incorporados como instrumentos essenciais da atenção à saúde. A formação do trabalhador alinhado às necessidades da população orientado para o SUS torna-se elemento de destaque nos princípios organizativos da política de Gestão para o Trabalho no SUS.

Vale ressaltar que a área de Recursos Humanos, posteriormente denominada de Trabalho e Educação, cumpriu desde os anos de 1970 um papel fundamental na construção de políticas indutoras da construção do sistema de saúde, expressando-se em projetos que foram construindo, uma cultura de diálogo entre a educação e as novas práticas de saúde, inicialmente como práticas contra hegemônicas e a partir da década de 2000 como parte essencial das políticas de governo, inclusive com financiamentos expressivos para suas atividades. Em todas essas etapas a FIOCRUZ desempenhou papel fundamental com ações de cooperação e de produção de conhecimento, que são parte integrante dessa história, que vale a pena resgatar nos aspectos essenciais que conformam as ações de ensino, pesquisa e cooperação até os dias atuais.

Na esteira da diretriz de expansão do Sistema de Saúde brasileiro na década de 1970 foi instituído o PPREPS (Programa de Preparação Estratégia de Pessoal de Saúde), uma iniciativa de cooperação entre o governo brasileiro e a OPAS envolvendo o MS e MEC, no qual foi largamente discutida a integração docente assistencial e a busca de novos formatos para a formação de pessoal de nível médio para o Sistema de Saúde. Seus desdobramentos produziram reflexos importantes na estruturação das áreas de recursos humanos das Secretarias Estaduais de Saúde. O Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS) implantou-se no mesmo período atuando na reestruturação do modelo de assistência inspirado em Alma Ata e teve sua execução associada ao PPREPS, com reflexos na estruturação das práticas de saúde e na formação das equipes de pessoal auxiliar no período. (Teixeira, 1982; Pires-Alves e Paiva, 2006)

O Projeto Larga Escala da Formação de Nível Médio em Saúde, coordenado pela OPAS com o Ministério da Saúde, na década de 1980, também pode ser considerado uma

proposta indutora na formação profissional de técnicos de nível médio e de auxiliares para a saúde. Seus resultados foram fundamentais à estruturação do PROFAE (Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem) implantado no final da década de 1990 e início dos anos 2000. O PROFAE formou mais de 300 mil trabalhadores de nível médio (auxiliares e técnicos de enfermagem), e cerca de 14 mil trabalhadores de nível superior entre 2000 e 2005, e viabilizou a criação das Escolas Técnicas do SUS. A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e a ENSP tiveram importante papel nesse processo.

A Escola Nacional de Saúde Pública - Fiocruz instituiu a partir de 1975 o Programa Nacional de Cursos Descentralizados, possibilitando a redefinição da formação de recursos humanos em saúde pública no Brasil. Essa iniciativa contribuiu de forma significativa para a expansão da especialização nessa área, induzindo ainda a criação de algumas carreiras de sanitaristas em alguns pontos do país. O Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães foi um dos parceiros da ENSP nesse processo, e seu desenvolvimento na área do ensino da Saúde Coletiva tem sido um dos grandes pilares do ensino e da pesquisa na região nordeste do Brasil.

Dois outros programas implementados pelo MS em parceria com o MEC foram o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde), em 2004, e o Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-Saúde), em 2008, marcadores importantes na formação de grupos e equipes de profissionais dentro de uma proposta de inovação pedagógica de integração das graduações na saúde, interligando universidade, ensino, pesquisa e extensão.

A valorização da Atenção Básica à Saúde e a adoção do Programa Saúde da Família como estratégia prioritária na reorientação do modelo de atenção à saúde impulsionou o surgimento de iniciativas como PROVAB (Programa de Valorização da Atenção Básica), em 2011, com vistas à qualificação dos profissionais da atenção básica, por meio de atendimento em unidades básicas na periferia de grandes cidades, municípios do interior, com populações carentes e de regiões remotas. Em 2013, o Programa Mais Médicos, associa a ampliação dessa oferta, com a qualificação da assistência médica e a adoção de mecanismos para sua fixação em áreas remotas. A iniciativa prevê a expansão do número de vagas de medicina e de residência, o aprimoramento da formação médica no Brasil e a chamada imediata de médicos com foco nos municípios de maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).

Ainda como parte da necessidade de reorientação dos atuais modelos de atenção, foi criado em 2011, o incentivo financeiro alinhado à organização de algumas redes

temáticas tais como: rede de atenção psicossocial com ênfase em álcool, crack e outras drogas; rede cegonha; rede de atenção à pessoa com deficiência, rede de urgência e emergência etc. O MS propõe que o conjunto destas redes estejam ordenadas a partir da atenção básica em saúde (PNAB, 2011). Na área de ensino a Fiocruz vem participando com diferentes ações, entre elas o Mestrado Profissional, sob responsabilidade do IFF, para atender à Rede Cegonha, e o programa de formação *Caminhos do Cuidado*, sob coordenação do ICICT.

Entre as inovações produzidas no campo da educação profissional em saúde, destaca-se a Educação Permanente em Saúde. Em 2003 foi aprovada no CNS e CIT a *Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS, Caminhos para a Educação Permanente em Saúde*, “propondo tornar a rede pública de saúde uma rede de ensino aprendizagem no exercício do trabalho” (Ceccin, 2005)¹. A herança vertical e segmentada que permeia a organização dos processos de trabalho no setor público é um elemento que dificulta a adoção de práticas coerentes com essa nova abordagem, constituindo-se, portanto em um campo fértil para uma intervenção organizada de caráter pedagógico educativo com novos conceitos que subsidiem novas práticas, que articulam o trabalho e a reorganização das práticas de saúde.

O desafio de implantar a Educação Permanente no SUS, dentre outras questões, implica: incorporar o ensino e o aprendizado à vida cotidiana das organizações e a práticas sociais e laborais, no contexto real em que ocorrem; modificar substancialmente as estratégias educativas, a partir da prática como fonte de conhecimento e de problemas, problematizando o próprio fazer; colocar as pessoas como atores reflexivos da prática e construtores do conhecimento e de alternativas de ação, ao invés de receptores; abordar a equipe e o grupo como estrutura de interação, evitando a fragmentação disciplinar; ampliar os espaços educativos fora da sala de aula e dentro das organizações, na comunidade, em clubes e associações, em ações comunitárias (Davini, 2007).

Ainda que a EPS permaneça como uma política prioritária, há de se reconhecer que a sua implementação encontra dificuldades, entre as quais a visão culturalmente assimilada da prática educativa das instituições de saúde apenas baseada nos princípios da educação

¹O conceito de Educação Permanente em saúde para Ceccin, serve para dimensionar essa tarefa, não no prolongamento do tempo/carreira mas na ampla intimidade e intercessão educação/atenção na área de saberes e práticas em saúde”(Ceccin, 2005) *Ciência e Saúde Coletiva*,10 (4):975-986,2005. P. 975.

profissional, requerendo um esforço importante das Escolas e Universidades e também das lideranças em Educação na Saúde para a sua superação.

Os projetos estruturantes, as Conferências de Saúde e de Recursos Humanos ou de Trabalho e Educação, e as novas propostas educativas aqui apresentadas, traçaram um panorama das potencialidades e sinergias que se estabelecem quando se põem em diálogo a área de educação, as políticas de saúde e os desafios dos processos de trabalho. Revelam também o processo de implicação da FIOCRUZ com a reforma sanitária brasileira e a estruturação do Sistema Único de Saúde, com inúmeras iniciativas que buscaram a formulação de novas práticas de saúde, tomando a educação como instrumento de inovação e parte essencial de sua formulação e implementação.

2.3. O Trabalho em rede: as cooperações, os novos arranjos e novas tecnologias

A formação para o SUS requer um modelo de aprendizagem em rede, coerente com os princípios da Educação Permanente. Os atores fundamentais dessa articulação são os gestores municipais e estaduais do SUS, as instituições de ensino (Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública do SUS (estaduais e municipais) e as Escolas Técnicas do SUS. Também os estudantes das profissões de saúde, os Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde e os movimentos ligados ao controle social das ações e políticas públicas de saúde.

A FIOCRUZ tem uma importante atuação em redes de formação, a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva na ENSP, a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; a Rede de Observatórios de Recursos Humanos, a FIOCRUZ Ceará liderando a Rede Nordeste de Saúde da Família e o Campus Virtual da Saúde Pública (CVSP/OPAS) que tem o Nodo-Brasil sob a responsabilidade da FIOCRUZ, com a participação de 14 países.

A Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública/Coletiva é composta por 45 Escolas e Centros Formadores ligadas aos Sistemas Estaduais e Municipais de Saúde e Centros Universitários engajados nessas atividades, nas cinco regiões do país. Sua dinâmica permite a multiplicação de espaços de diálogo entre as instituições de ensino de saúde pública/coletiva no Brasil, favorecendo a construção de consensos em torno de uma educação permanente, que valoriza a transformação das práticas profissionais e da organização do trabalho, fortalecendo os vínculos com os centros formadores e as representações do controle social (**<http://rededeescolas.ensp.fiocruz.br/>**).

Sua missão é promover o fortalecimento das Escolas e Centros Formadores, mediante estratégias político - pedagógicas de educação e produção de conhecimento para o

Sistema Único de Saúde - SUS, visando à melhoria da saúde e a qualidade de vida da população brasileira.

A Secretaria Executiva da Rede é sediada na ENSP e sua coordenação é exercida por um Grupo de Condução, composto por representantes de 10 Escolas que se reúnem a cada 3 meses, e de um Conselho Consultivo, formado pelas Secretarias do Ministério da Saúde – SGEP, SGTES, SAS, SVS – CONASS, CONASEMS e OPS, que se reúne a cada 6 meses. Nos últimos três anos, a Rede de Escolas mobilizou a produção de um modelo inovador de acreditação pedagógica dos cursos lato sensu, em parceria com a ABRASCO, o Ministério da Saúde e a École de Hautes Études en Santé Publique de Rennes-França. A Agência Acreditadora está em processo de implementação na ABRASCO e seu funcionamento envolverá atores privilegiados das políticas de saúde e de educação na saúde, que participarão de colegiados, com vistas à acreditação dos cursos lato sensu que manifestarem interesse em participar.

A RET-SUS é uma rede institucional criada pelo Ministério da Saúde, por proposição da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, em 2000, para facilitar a articulação, a troca de informações e de experiências, o compartilhamento de saberes e a mobilização de recursos entre as ETSUS. É composta por 36 Escolas Técnicas e estão sob responsabilidade da EPSJV as ações de comunicação da Rede. Entre as iniciativas da unidade, destaca-se o Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde, voltado à formação de dirigentes e docentes das Escolas Técnicas do Sistema Único de Saúde (ET-SUS) da região Nordeste. Ele tem por objetivo o aprofundamento das bases teórico-metodológicas que fundamentam as políticas de gestão a educação e do trabalho em saúde, na perspectiva de potencializar práticas transformadoras para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde é uma iniciativa patrocinada pelo Ministério da Saúde em conjunto com o Programa de Cooperação Técnica da Representação da OPAS/OMS no Brasil. Está constituída desde 1999, sob a coordenação nacional da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS). Seu propósito é produzir estudos e pesquisas, bem como propiciar o mais amplo acesso a informações e análises sobre a área do trabalho e da educação na saúde no País, com vistas a contribuir para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas e projetos na área de Recursos Humanos. A Fiocruz possui 4 estações localizadas no CPqAM, ENSP, COC e EPSJV.

A Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS foi lançada em junho de 2008 pelo Ministério da Saúde com a proposta de formar profissionais em larga escala, num programa de dimensão nacional. O sistema possibilita a contribuição de cada instituição de acordo com as suas potencialidades, sendo estruturada em quatro eixos correspondentes a um dos seguintes objetivos: produção de conhecimento, cooperação em tecnologias educacionais, apoio presencial e certificação educacional.

A produção de conhecimento se materializa na formulação de materiais instrucionais, que será feita em espaços virtuais e presenciais colaborativos, unindo esforços das entidades nacionais, universidades e associações profissionais e científicas, modelo compartilhado pela experiência do Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) da Opas/OMS. Todo material desenvolvido será de acesso livre às instituições e estudantes interessados por meio das bibliotecas virtuais e de outras mídias: CD-ROMs, DVDs, impressos, Tablets, etc.

Inicialmente composta 16 universidades, a Rede UNA-SUS passou por um recente processo de expansão, oficializado em 29 de abril, após publicação do resultado do chamamento público do Edital Nº 57, de 23 de Outubro de 2013, que trata do processo de adesão de novas instituições. Após a publicação, a Rede passou a contar com mais 20 membros, totalizando 36 instituições participantes.

2.4. Campus Virtual Fiocruz: uma proposta integrada de informação e formação em saúde

A incorporação de novas tecnologias é uma das diretrizes da formação para o SUS e do sistema de C&T em saúde no Brasil. Muitas são as estratégias adotadas pelas instituições de educação, para vivenciar um contexto onde esse desafio se coloca em muitas dimensões. Nesse sentido, a FIOCRUZ definiu como fundamental, o apoio à organização de uma rede de tecnologia, informação, comunicação e educação em saúde, com a integração dos processos dos formativos, a aproximação dos cursos às ações de comunicação e divulgação científica em saúde

Como resposta a estes desafios, destaca-se o **Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP/OPAS)**, espaço de comunicação e de aprendizagem para desenvolver cooperação interdisciplinar no campo de formação, resultado de uma parceria entre a OPAS e os países da região da América Latina e Caribe. Sua missão é desenvolver por meio de cooperação e aprendizagem, em rede, as capacidades institucionais e competências individuais para a melhoria contínua no desempenho de práticas de saúde pública, mediante um modelo de gestão que opera ensino, instituições de serviços, e as associações de técnicos e profissionais que integram a força de trabalho em saúde pública dos países participantes da rede. Dado o seu potencial integrador, o Campus

Virtual de Saúde Pública/OPAS foi adotado como estratégia de interlocução e trabalho compartilhado entre as Universidades participantes do UNA-SUS e a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública, pautadas como principais parcerias dentro do CVSP pelos objetivos e princípios comuns.

No documento final do VI Congresso interno, aprovado em 2010, foi ressaltada a importância de abordagens pedagógicas inovadoras, que superem a concepção tradicional baseada na simples transmissão de conhecimentos. Deveria se considerar os distintos itinerários formativos, de acordo com as especificidades da realidade, dos tipos e interesses profissionais a serem atendidos. Ainda segundo o referido documento, um dos maiores desafios consiste na formação em larga escala o que exige cada vez mais o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias de ensino e comunicação (plataformas de EAD, telessaúde, produção e difusão de recursos educacionais abertos).

O VII Congresso Interno deverá aprofundar as estratégias de formação por meio de redes colaborativas como parte da qualificação continuada, seja no nível profissional técnico, no nível superior ou na pós-graduação lato e stricto sensu.

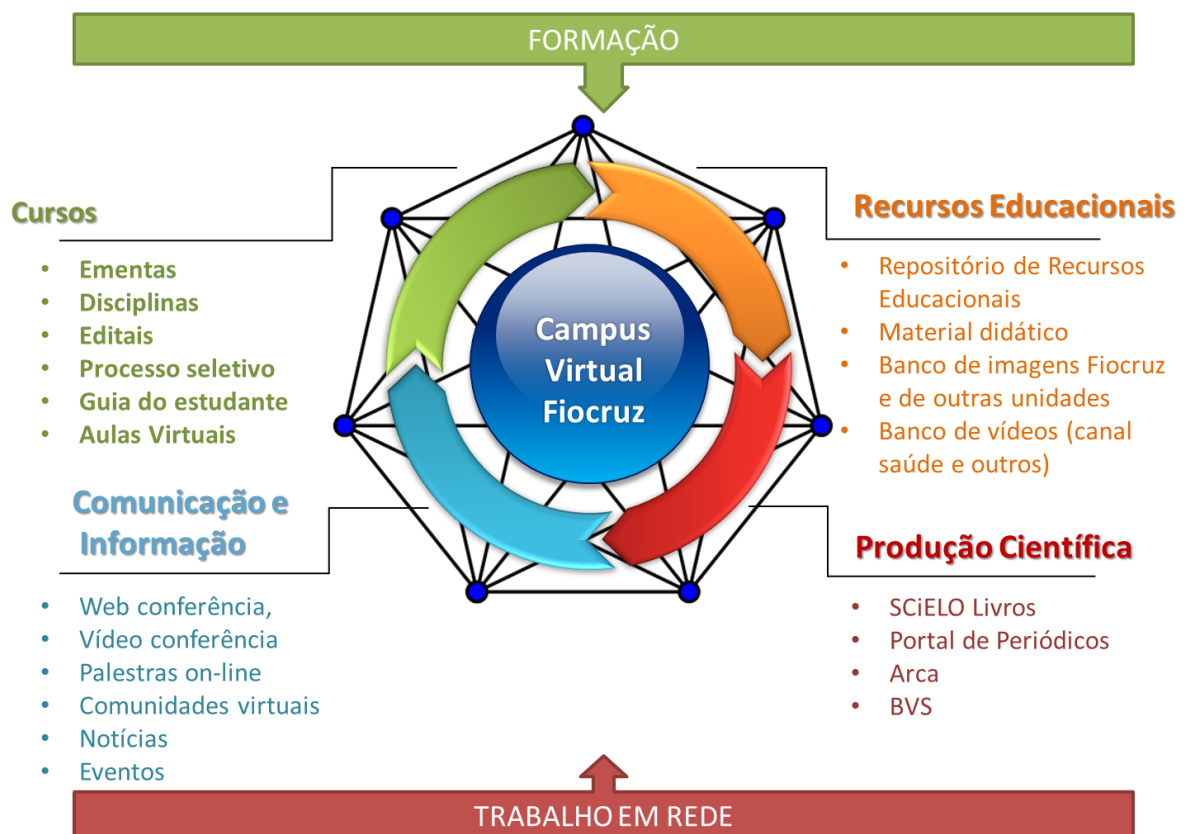
Os avanços alcançados pela Fiocruz são reconhecidos, mas há necessidade de promover maior integração das ações educacionais realizadas pelas diferentes unidades da Fiocruz, favorecendo seu alinhamento às necessidades do SUS.

Nesse sentido, o **Campus Virtual Fiocruz** é uma proposta da Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação (VPEIC) para constituir, junto às Unidades da Fiocruz, um espaço virtual que permitirá agregar as informações dos 32 programas e demais ações de ensino. O objetivo principal é facilitar a gestão da informação das diversas iniciativas de ensino existentes na Fiocruz a partir de um ambiente virtual integrado. Além de promover o uso comum de ferramentas tecnológicas/educacionais, participação e intercâmbio de informações e práticas educacionais nas diferentes redes parceiras, especialmente com a Rede da Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS e o Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS.

O Campus Virtual Fiocruz pretende fomentar, integrar e aprimorar o acesso às informações sobre as atividades da Fiocruz referentes ao ensino através de um modelo de gestão compartilhada e descentralizada, com a participação de todas as unidades de ensino da Fiocruz. O projeto pretende apoiar as iniciativas de ensino; modernizar práticas educativas; potencializar a gestão do conhecimento nos programas de educação permanente para o desenvolvimento de recursos humanos em saúde.

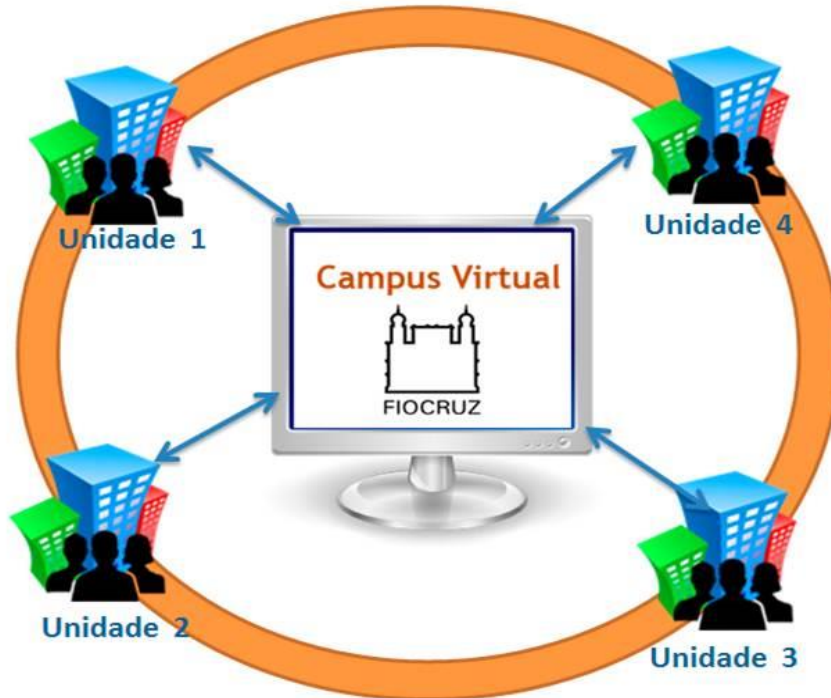
Futuramente, o Campus Virtual FIOCRUZ visa integrar as modalidades de Educação Corporativa que têm por objetivo promover o desenvolvimento dos servidores da Fiocruz nas suas respectivas Carreiras; estimular a parceria entre as diversas Unidades para o compartilhamento de tecnologias educacionais já existentes para a capacitação de trabalhadores da Fiocruz.

O campus virtual Fiocruz permitirá várias possibilidades de aprendizagem dentro de um ambiente integrado. Através do Portal do Campus, o aluno terá acesso às informações sobre as ofertas de cursos, ao Ambiente Virtual de Aprendizagem, ao Repositório de Recursos Educacionais Abertos (vídeos, áudios e demais materiais didáticos) e diversas ferramentas de comunicação. O professor poderá ter acesso a todos os materiais necessários, utilizar o ambiente virtual de aprendizagem para desenvolver um curso ou uma aula virtual e formular disciplinas com participação de programas diferentes, beneficiando-se também do uso de recursos educacionais abertos para seus cursos e aulas.



Modelo de Integração

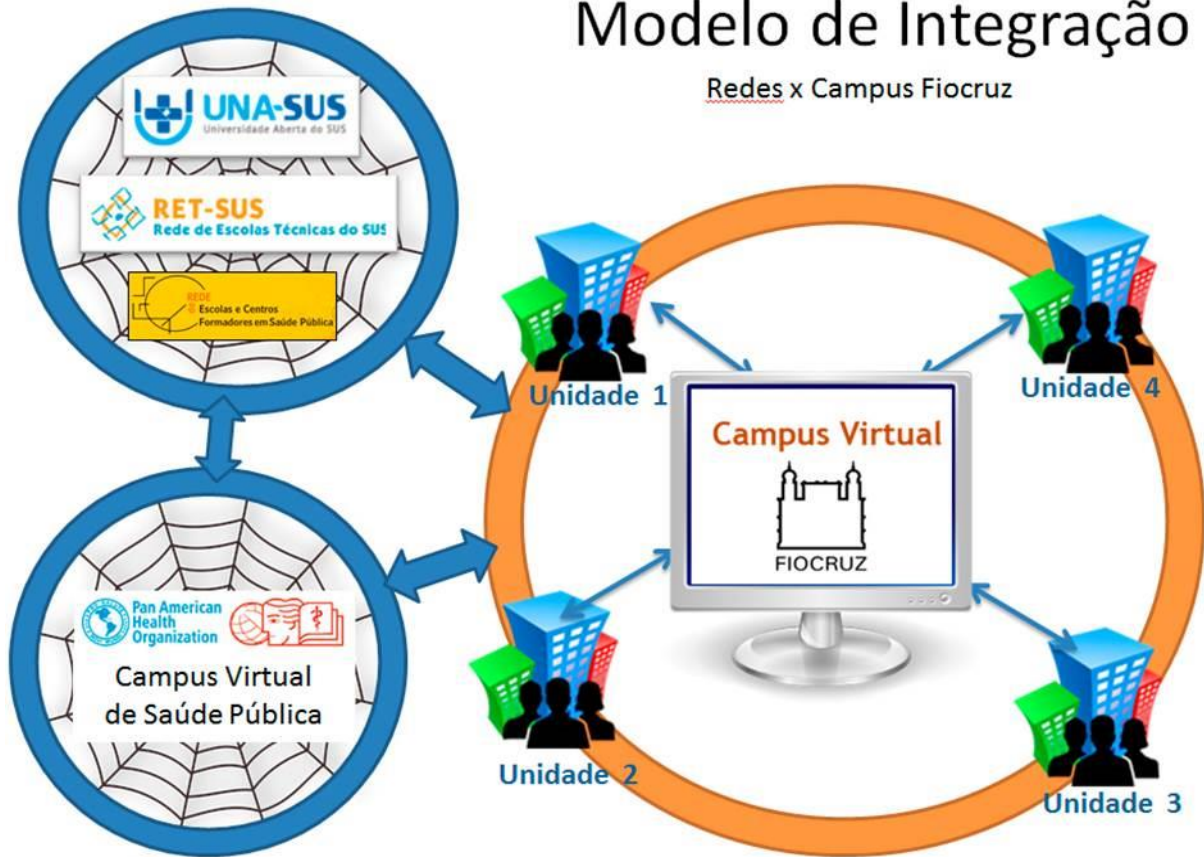
Unidades x Campus Fiocruz



Através do uso comum de ferramentas e padrões tecnológicos o Campus Virtual Fiocruz possibilitará o intercâmbio de informações com as diferentes redes parceiras, especialmente com a Rede da Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS e do Campus Virtual de Saúde Pública da OPAS.

Modelo de Integração

Redes x Campus Fiocruz



O modelo educacional do Campus Virtual Fiocruz deverá ser discutido no âmbito de um debate ampliado sobre os Modelos Educacionais na Fiocruz, que considere as questões trazidas neste documento sobre educação permanente em saúde, formação para o SUS, formação para C&T e amparados no conceito de aprendizagem em rede.

As ofertas formativas do Campus são constituídas pela integração das diversas unidades que oferecem cursos e recursos que respondam aos padrões de pertinência estabelecidos nesta iniciativa de qualidade de aprendizagem. Esta é concebida como o processo de nova resolução de problemas, capacidades ou a revisão de critérios e modelos já existentes. Supõe uma mudança na lógica de cursos de transmissão vertical, centradas no fornecimento de informações atualizadas sobre um determinado assunto e incorpora um enfoque com base na identificação de problemas e reflexões das práticas de trabalho, o que abre caminho para a construção de novos conhecimentos e alternativas de ação e interação que promove o uso de trocas interdisciplinares. Esse modelo já vêm sendo discutido por espaços na ENSP, através do seu Programa de Educação a Distância, pela reorientação estratégica dos cursos lato senso através da estratégia de escola de governo e pela UNA-SUS com sua experiência de formação em rede.

2.5. Um novo gerenciamento acadêmico para a Fiocruz

A VPEIC, em parceria com a VPGDI está coordenando o desenvolvimento do novo sistema de gerenciamento acadêmico da Fiocruz, com o objetivo de garantir uma visão integrada das peculiaridades das diversas unidades e dos diferentes níveis de formação, desde a educação básica até a pós-graduação (lato e stricto sensu) incluindo as modalidades de ensino (presencial, semi-presencial e à distância). Espera-se que o novo sistema estabeleça um maior intercâmbio entre as diversas parcerias e programas, como a Universidade Aberta do SUS – UNA-SUS/MS, através da Plataforma Arouca e a CAPES, através da Plataforma Sucupira.

Ao final do primeiro semestre de 2014, foi concluída a etapa de modelagem de processos dos cursos presenciais – Fase 1. Para essa primeira etapa, buscou-se compor um grupo de trabalho com representantes de diversos níveis de usuários, tais como secretarias acadêmicas, coordenações dos programas, vice-presidências de ensino, CGPG, entre outros, para que cada processo fosse pensado em detalhe. Estamos dando início à Fase 2, que contempla a modelagem de requisitos e o desenvolvimento do sistema.

Com base na experiência dos diversos atores que hoje contribuem para a criação do novo sistema de gerenciamento acadêmico, esperamos unificar os processos e informações inerentes ao ensino, respeitando as particularidades das unidades e níveis de curso; disponibilizar um conjunto de funcionalidades que cubram todas as atividades identificadas nos processos de ensino; integrar, em um único banco de dados todas as informações inerentes aos diversos níveis de ensino; disponibilizar um conjunto de informações gerenciais com uma visão integrada de todos os tipos de cursos e de todas as unidades da Fiocruz.

O documento com a modelagem dos processos do novo sistema de gerenciamento acadêmico pode ser acessado em:

https://intranet.fiocruz.br/intranet/ler_materia.php?id_materia=11373&id_secao=228&id_secao_menu=879-&pagina=&volta_historico=sim

3. Caminhos possíveis para o futuro do ensino na FIOCRUZ: proposta de 10 diretrizes para discussão

A área de Educação na FIOCRUZ tornou-se ampla, múltipla em suas modalidades de programas, atingindo desde o ensino médio até a pós-graduação stricto sensu, com sua característica de busca de excelência, coerente com uma instituição de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, mas também com um profundo vínculo com as mudanças que vão se constituindo no Sistema Único de Saúde, desde suas origens, e com as políticas que são coordenadas pelos órgãos gestores do Sistema de Saúde.

Essa participação da FIOCRUZ se materializa em formas variadas, tendo como base fundamental uma educação que se ancora na pesquisa, na cooperação e nas novas tecnologias, interagindo de forma dinâmica com parceiros em todo o Brasil e também com outros países, através de redes ou de outras práticas colaborativas, o que tem potencializado resultados significativos em todos os níveis, com um grau considerável de renovação.

A opção por valorizar a **atuação em rede** favorece à **capilarização e a ampliação** da oferta e dos resultados, e permite a integração de diferentes culturas de formação, a formatação de programas com horizontalidade e alcance nacional e internacional.

A modernização tecnológica tem sido tomada como um desafio que está sendo traduzido em formulação de modelos que permitirão uma nova capacidade de gestão acadêmica, favorecendo ainda a circulação do conhecimento mediante arranjos mencionados nesse documento e passíveis de enriquecimento, pelas contribuições do conjunto da instituição, nas discussões aqui apresentadas.

A histórica relação da área de ensino na FIOCRUZ com as políticas de saúde se aprimora e se amplia nos últimos anos, lançando mão da produção de conhecimento, tanto pelo caminho da pesquisa como pelas múltiplas experiências de programas e projetos relacionados às próprias políticas de saúde e educação, e principalmente pelo amplo espectro de relações estabelecidas pela FIOCRUZ com a sociedade.

A reconversão do modelo de atenção, com ênfase no trabalho em Redes Assistenciais, na atenção básica e no Programa de Saúde da Família têm requerido esforços importantes da FIOCRUZ. A emergência da UNA-SUS possibilitou a incorporação de uma lógica de oferta expansiva de cursos, mas também tem favorecido uma maior articulação da instituição com parceiros do sistema formador, em torno de projetos comuns.

A realização do VII Congresso Interno da FIOCRUZ que tem como tema central: "Conhecimento, Inovação para a Saúde, Desenvolvimento e Cidadania" é um momento

oportuno para a ampliação do debate em todas as áreas que conformam essa Instituição mobilizando a discussão sobre os temas incluídos em suas pautas e enriquecendo as proposições para o alcance de seus objetivos.

Este documento traz, em caráter preliminar, elementos importantes desse debate, aberto a toda a instituição, e que tem na Câmara Técnica de Ensino, um ponto de partida para o estabelecimento de diretrizes para o ensino na FIOCRUZ. Esse esforço inicial deverá se desdobrar em estratégias de ampliação desse debate, em eventos subsequentes, como forma de enriquecimento no interior da instituição, de crítica e ampliação dos pontos apresentados a seguir:

- 1- Consolidar a pós-graduação e sua interação com a produção científica e tecnológica, a inovação em saúde e o fortalecimento do SUS;
- 2- Apoiar o Programa de Excelência da Pós-Graduação da FIOCRUZ, promovendo debates pertinentes e implementando propostas concretas para o alcance de seus objetivos.
- 3- Aperfeiçoar mecanismos de formulação, integração e fortalecimento do ensino lato senso, buscando apoio permanente às estruturas de governo que regulam essa formação no país, abrindo espaços para a compreensão das especificidades do lato senso para apoiar o Sistema único de Saúde brasileiro.
- 4- Implantar a proposta elaborada pelos Centros Regionais para a integração do Ensino na FIOCRUZ, criando as condições para a oferta compartilhada de disciplinas, aperfeiçoando o processo regulatório e regimental dessa iniciativa, propiciando a mobilidade dos docentes e discentes, investindo no reforço à infraestrutura de comunicação virtual com WEB e Vídeo Conferência e estimulando a orientação e co-orientação de alunos fora dos seus programas de origem.
- 5-Incorporar novas tecnologias como elemento intrínseco à moderna formulação dos projetos de educação na saúde, superando a visão de seu uso como ferramenta para abrigar processos educativos diversos. Apoiar o Projeto de Telemedicina e Telessaúde, dando visibilidade aos seus objetivos de ensino para todas as Unidades da FIOCRUZ e integrando esforços para seu aperfeiçoamento.
- 6- Apoiar o projeto de criação do Campus Virtual da FIOCUZ, explorando seu potencial agregador de possibilidades que envolvem todos os níveis de formação da instituição, desde o nível médio até a pós-graduação stricto sensu, e desenvolver mecanismos concretos para a sua implementação.

7 -Apoiar a formação em larga escala através da UNA-SUS, construindo arranjos de cooperação das instituições partícipes, com criatividade e inclusão, e qualificando os resultados para o SUS e o Sistema de C&T.

8- Aprofundar o perfil da FIOCRUZ na sua vocação do trabalho com Redes, diversificando as oportunidades e estimulando a relação dessas Redes com o conjunto da Instituição.

9- Tendo em vista as mudanças que vêm sendo efetuadas nos modelos de oferta formativa apoiados pelo Ministério da Saúde, através da ampliação atual e futura das Residências; as etapas de continuidade do PROVAB e do Programa Mais Médicos, entre outras inovações pedagógicas em caráter expansivo, explorar e problematizar o perfil da preceptoria como uma prática importante de mediação da oferta formativa contemporânea. Nessa mesma perspectiva, dar continuidade ao processo para criação do Mestrado Profissional em Rede para a Saúde da Família-PROFSAUDE.

10 – Promover discussão sobre diretrizes e novas visões sobre a educação na sociedade contemporânea, com ênfase no papel da Fiocruz. Com este objetivo promover o Seminário “Educação para a Fiocruz do Futuro”, a ser realizado em maio de 2015, no âmbito das comemorações dos 115 anos da Fiocruz. O Seminário terá por finalidade colocar em foco análises, diretrizes e projetos educacionais e deverá contribuir para a definição de políticas institucionais.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 2, Junho 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n2/13.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. PROFAE. *Revista Formação*, 2001.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: Caminhos para educação permanente em Saúde*. Brasília- DF: Ministério da Saúde, 2004, p.9 -10.

BRASIL. Ministério da Saúde; Ministério da Educação. Portaria Interministerial n.º 2.101, de 03 de novembro de 2005. Institui o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde – para os cursos de graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 nov. 2005b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 648, de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 mar. 2006.

BRASIL. Portaria Interministerial n. 421, de 3 de março de 2010, que institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET – Saúde e dá outras providências

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria Interministerial nº 2.087, de 01 de setembro de 2011. Institui o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 set. 2011.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 10, n. 4, dez. 2005.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 4, 1967, Rio de Janeiro. Relatório ... Brasília: Ministério da Saúde, 1967

DAVINI, M. Enfoques, problemas e perspectivas na Educação Permanente dos Recursos Humanos em Saúde. In: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde*. Série Pactos pela Saúde. v.9. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, p. 39-58.

FIOCRUZ. VI Congresso Interno: Fundação Oswaldo Cruz como Instituição Pública Estratégica de Estado para a Saúde. Relatório final. 2010

FIOCRUZ. Congresso Interno: Conhecimento e inovação para a saúde, desenvolvimento e cidadania. Documento de Referência. 2014

FIOCRUZ. Plano Quadrienal da Fiocruz (2011-2014): A Fiocruz como instituição estratégica de Estado para a saúde. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/media/planoquadrienal20112014.pdf>

FIOCRUZ. Proposta do Fórum das Unidades Regionais da FIOCRUZ para discussão com a Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação, em 2014.

FONSECA, Cristina. A criação da Ensp: integração e diversidade na formação em saúde pública. In: Lima, Nísia; Fonseca, Cristina; Santos, Paulo Elian dos (Org.). *Uma escola para a saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.39-77. 2004.

HORTALE, Virginia Alonso : Mestrado Profissionalizante em Saúde Pública: um olhar para as experiências internacionais. In: Leal, Maria do Carmo; Freitas, Carlos Machado: *Cenários Possíveis: Experiências e Desafios do Mestrado Profissional*. Ed. Fiocruz. 2006. P. 65-100.

LEAL, Maria do Carmo; FREITAS, Carlos Machado. *Cenários Possíveis: Experiências e Desafios do Mestrado Profissional*. Ed. Fiocruz. 2006.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, CRISTINA M. O; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Uma escola para a saúde*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2004. p.39-78.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (OPS). Centro Latino-Americano y del Caribe de Información en Ciencias de la Salud (BIREME/OPS). Política general de la red de recursos educacionales abiertos campus virtual de salud pública (CVSP) e biblioteca virtual en salud (bvs). 2013.

PIRES-ALVES, Fernando A.; PAIVA, Carlos Henrique Assunção. Recursos Críticos: História da cooperação técnica Opas-Brasil em Recursos Humanos para a Saúde (1975-1988); Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. Segunda Edição: Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em: <https://archive.org/details/UmEspacoParaACienciaFormacaoDaComunidadeCientificaNoBrasil>

TEIXEIRA, C. F. de S. Educação e saúde: contribuição ao estudo da formação dos agentes das práticas de Saúde no Brasil. Salvador, 1982. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Medicina — UFBA].